

Experiências Coletivas, Solidariedades e Identidades: o caso do movimento operário da Covilhã

João Mineiro

joao.mineiro.6@gmail.com

ISCTE-IUL

ABSTRACT

Both the oral history and the memory of the working class movement are fundamental parts in order for us to comprehend the meanings of the collective experiences, the solidarities and the construction of collective identities. In this article we will explore the importance of these three processes within the working class movement in Covilhã. With a sociological perspective at its core but with multidisciplinary openness, we will discuss in which ways both the cultural and self-organization characteristics of the working class movement are intrinsic to the working class movement itself, reflecting its expression and diversity. Henceforth, through the discourse of social actors who lived and built the working class cultures in Covilhã, we shall discuss the cultural and daily resistance of the working class in the second half of the 20th century.

KEY-WORDS

Social classes, workers cultures, identities, solidarity, collective experiences

RESUMO

A história e a memória vivida e contada do movimento operário e dos movimentos sociais são peças fundamentais para compreender os significados e as representações dos indivíduos e dos grupos sobre as experiências coletivas, as solidariedades e a construção das identidades coletivas. Neste artigo, pretendo explorar a importância desses três processos no movimento operário da Covilhã. A maioria dos trabalhos

em torno da história do movimento operário centra-se sobretudo nos aspetos da luta política sindical do movimento, de que são exemplos as greves ou a criação das associações de classe. Contudo, com base numa perspetiva, em simultâneo, sociológica, histórica e antropológica, pretendo discutir em que medida estes aspetos particulares da cultura e da vivência operária são também, em si mesmos, parte intrínseca do movimento operário, da sua expressão, diversidade e possibilidade emancipatória. Assim, a partir do discurso direto de quem viveu e construiu as culturas operárias na Covilhã, aprofundarei a sua base cultural e o seu quotidiano de resistência na segunda metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE

Classes sociais, culturas operárias, identidades, solidariedades, experiências coletivas

INTRODUÇÃO

O crescimento da indústria de lanifícios e a formação da classe operária constituíram dois processos que marcaram de forma absolutamente determinante a história do concelho da Covilhã desde finais do século XIX. Assim, se a industrialização foi um processo que marcou o tempo da vida e se revelou como um fenómeno que abalou muitas das antigas convenções, associadas à centralidade de outras formas de trabalho não-assalariado, ela fez emergir também factos relevantes para a discussão sociológica como o aparecimento de organizações operárias de tipo sindical ou mutualista, o desenvolvimento de novas formas e redes de sociabilidades, experiências de auto-organização, modos de vida, solidariedades, dinâmicas coletivas, rituais, rotinas e espaços e práticas culturais e artísticas a que poderíamos chamar de cultura operária.

A maioria dos trabalhos em torno do movimento operário centra a sua análise nos processos de luta política e sindical. Nesta perspetiva, as greves, as ações de protesto, boicote ao trabalho ou a criação de estruturas sindicais e de associações de classe são objetos privilegiados. Contudo, não descurando a importância dessas opções, na análise do movimento operário da Covilhã, a partir da história oral e de uma pesquisa de terreno, parece-nos relevante tratar a questão da cultura operária como parte intrínseca do movimento operário, porque nela se expressam de forma muito clara processos de resistência, de luta e de mobilização coletiva para superar dificuldades. Assim, analisaremos algumas das experiências coletivas de antigos operários da Covilhã residentes no bairro da Santo António, onde se expressam muito claramente formas de solidariedade fundamentais na estruturação das identidades e nas quais se sustentaram muitos dos processos de luta e de movimentação social e política dos operários.

INDUSTRIALIZAÇÃO E CULTURA OPERÁRIA: DEBATES INTERDISCIPLINARES

A industrialização constituiu um fenómeno complexo e multidimensional que transformou todas as relações sociais, económicas e políticas. A emergência do capitalismo industrial foi acompanhada, em larga medida, por um debate fundador entre os clássicos da sociologia, em que várias formulações teóricas se propõem explicá-la como um processo que inaugurou um novo tempo histórico (Marx, 1848, 1885, 1979; Weber, 1983; Durkheim, 1973). Se a revolução industrial despoletou, segundo o historiador Eric Hobsbawm (1962), colossais transformações na agricultura, utilíssimas inovações técnicas na esfera produtiva, profundas alterações demográficas e pela constituição das sociedades urbanas, também ficou marcada, por outro lado, pela emergência de um novo tipo de organização social, polarizada, diria Marx (1848), entre a burguesia e o proletariado e em torno de uma articulação de diversas formas de poder, diria Weber (1972), a partir de três tipos de estratificação, as classes, os grupos de *status* e os partidos políticos.

Trataremos de desenvolver uma análise dos principais aspetos da vivência cultural do operariado industrial, enquanto classe particularmente relevante no processo de industrialização e na composição das classes subalternas, para usar a expressão gramsciana (2002), que configuram o proletariado. Propomos, pois, uma análise que mobilize um enquadramento multidisciplinar de pesquisa e que parta dos muitos debates que se cruzam no campo da história, da sociologia, da teoria social e da antropologia. O campo da história é particularmente rico. Se uma ênfase dada às relações de produção e a elementos de estruturação da coesão política dos operários fez com que muitos enfoques recaíssem numa certa visão homogénea e indiferenciada das classes trabalhadoras, outras pesquisas têm procurado explorar a diversidade, o conflito e as diferenças internas naquelas. Essa dupla abordagem é, a título de exemplo, no primeiro caso, marcada pelas perspetivas de Hobsbawm (1987) e, no segundo caso, pelas de Thompson (1987, 1998).

Cláudia Batalha, Fernando Silva e Alexandre Fortes (2004) abrem a introdução da coletânea que organizaram sobre as *Culturas de Classe*, com uma pergunta simples: “Têm cultura os operários?”. E continuam: “Já vai longe o tempo em que o senso comum conservador, associando a cultura a escolaridade e erudição, responderia sem pestanejar com uma negativa a essa questão” (Batalha *et al*, 2004: 12). Importa aqui a retoma da dita “*insurreição dos saberes dominados*” de sentido Foucaultiano (1979), no nosso caso dos saberes desqualificados, colocando os discursos dos protagonistas no centro da análise, para uma análise científica rigorosa neste campo. Nos seus estudos sobre as prisões, os hospitais, a sexualidade ou os saberes-poder Michel Foucault refere que a sua preocupação epistemológica fundamental é a “*insurreição dos saberes dominados*”(Foucault,1979). Neles incluiu dois tipos de saber: um tipo de saber sepultado pela história, ocultado por diversas estratégias de poder, e um tipo de saber desqualificado, ou seja, um tipo de saberes, que por serem detidos por

determinados indivíduos e grupos, são desqualificados, não-legítimos e ocultados por diversas estratégias de poder.

O campo da antropologia inclui um saber disciplinar acumulado de estudo etnográfico sobre os aspetos mais detalhados de contextos sociais específicos, como um bairro, uma vila ou um grupo social. Cruzando a preocupação antropológica de uma compreensão multifacetada do território, com o estudo da cultura operária em trabalhos na sociologia, percebemos que existe um campo de ligação estreita entre várias disciplinas. O sociólogo Richard Hoggart (1973), num estudo clássico sobre as “*Utilizações da Cultura*”, a partir de um trabalho de campo em bairros operários de Leeds, percebeu as principais características da cultura operária. Assim, explora a questão da tradição oral, as maneiras de falar, a utilização de determinados dialetos urbanos, sotaques e entoações. Por outro lado, discute duas das dimensões centrais da vivência operária: a casa e o bairro. Richard Hoggart analisa com imenso detalhe as fronteiras de identificação do “Nós”, enquanto mecanismo fundamental de coesão e homogeneidade, e de um “Eles”, sejam eles indivíduos, grupos, práticas ou realidades distantes das vividas pelos membros das classes proletárias.

O CASO DO MOVIMENTO OPERÁRIO DA COVILHÃ

Na Covilhã, a industrialização foi um processo lento que acelerou no século XIX, ainda que as potencialidades industriais da cidade tivessem sido já aproveitadas pelo Marquês de Pombal, que instalou a Real Fábrica dos Panos junto à Ribeira da Degoldra no século XVIII. Numa área geográfica situada em plena encosta da Serra da Estrela, o século XIX foi o século do começo da transição de uma economia centrada na pastorícia e no uso e trabalho manual da lã, para uma economia baseada na indústria de lanifícios. Entre 1822 e 1890, ano que marca simbolicamente o estudo sobre o movimento operário na Covilhã, a população aumentou de 21.539 para 47.881 habitantes e a população urbana de 6.957 para 17.542 habitantes (Delgado in Assunção, I parte). O estudo sobre o movimento e a cultura operária na Covilhã carece ainda de uma investigação sistematizada. Contudo, alguns investigadores têm dado contributos importantes, como é o caso de António Rodrigues Assunção. Nos seus até agora dois volumes sobre o movimento operário da Covilhã, demonstra não só a génese da formação do operariado na cidade, a sua condição, mas também uma análise minuciosa do movimento associativo, das lutas operárias e das greves entre 1890 e 1907 e a relação entre o movimento operário local e os acontecimentos políticos que marcam o período de 1907 e 1929. No primeiro volume da sua obra, o autor sistematiza como aspetos da cultura operária a imprensa operária, o ambiente de festa e luta do 1º de Maio, as sociabilidades próprias dos operários, a relação com a escola e a instrução, a *cultura de ofício*, as relações de identidade entre o “nós” e o “eles”, o quotidiano marcado pela rotina e o risco, a relação com a doença e as tabernas.

Trabalhei a construção social da cultura operária na Covilhã a partir da história oral de vários operários que viveram a totalidade ou grande parte da sua vida no bairro de Santo António na Covilhã. Muitos nasceram e viveram lá durante toda a vida, outros vieram de vilas e aldeias periféricas e viram no bairro de Santo António um local de habitação barata e mais próximo da maioria das fábricas de lanifícios da cidade. O bairro de Santo António é um bairro na encosta da serra que espelha a história particular do operariado da Covilhã, uma vez que viveu de muito perto a transição do meio rural e pastoril para o desenvolvimento do operariado urbano.

Em alguns meses de pesquisa de terreno frequentei o bairro com alguma regularidade, conversei com muita gente que trabalhou a vida inteira nos lanifícios e participei em algumas rotinas e atividades locais. Dessa pesquisa retiro para esta análise, com maior acuidade, as histórias de vida de quatro pessoas centrais no bairro. João tem 96 anos, vive no bairro há cerca de 70 anos e trabalhou cerca de cinquenta anos na indústria de lanifícios. Nuno foi um dos fundadores da coletividade local ainda nos anos 60 e viveu sempre no bairro. António tem 72 anos de idade e de bairro e foi operário até perto dos 60 anos de idade. Vítor é dirigente da coletividade local há quase 20 anos e acompanha as atividades do bairro desde que se lembra, nos 67 anos de idade e de vida no bairro.

EXPERIÊNCIAS COLETIVAS

O conteúdo das dezasseis entrevistas realizadas, de algumas dezenas de apontamentos de conversas informais, fotografias e análise de conteúdo de documentos históricos, daria para uma abordagem do fenómeno das culturas operárias a vários níveis e dimensões. Para esta análise, centrei-me nas conversas e discussões em torno de algumas das experiências coletivas de que me foram falando várias pessoas do bairro. Interessou-me sobretudo perceber o que dizem e como representam os operários as suas experiências políticas, sociais e culturais coletivas. O que une estas experiências é o facto de os operários falarem delas enquanto experiências que só fizeram sentido porque foram feitas “pela malta toda aqui do bairro” (João), pelo “povo trabalhador que se juntou para combater as dificuldades” (Nuno). É essa dimensão coletiva dos acontecimentos do bairro que me interessou explorar. Não apenas pela forma como são uma constante nas narrativas sobre a de vida dos indivíduos, mas também porque eles demonstram algumas das bases culturais em que assenta a construção das identidades coletivas e das solidariedades como resposta à dureza do quotidiano.

ESTRADAS, MUROS E A ESCOLA

Sempre que falava da história do bairro e das dificuldades da vida havia dois processos sobre os quais quase todos me falavam: o tempo em que o povo construiu as estradas

e os muros que melhoraram as acessibilidades do bairro, onde viviam, à cidade, onde trabalhavam, e a construção da primeira escola primária do bairro:

– “Antigamente não se podia vir aqui de carro.... Eramos muito isolados. O pessoal é que meteu mãos à obra, andaram para ai a ajudar, a acrescentar essas coisas todas que agora vê” (Nuno);

– “As estradas e os muros foi o povo que as fez. Foi tudo o povo, com muito esforço” (António);

Às dificuldades económicas e materiais, associada aos baixos salários e às dificuldades da vida, aos problemas de habitação, de que eram exemplo a ausência de saneamento público e de água potável, passando também pela falta de infraestruturas de apoio, escolas, bibliotecas, correios, bancos ou supermercados, por exemplo, somava-se ao facto de os operários viverem num bairro isolado e com poucas acessibilidades. Apesar de muitos operários se terem fixado no bairro vindos do Casal da Serra, das Cortes do Meio, da Bouça ou de outros locais, a verdade é que tinham que percorrer diariamente cerca 5 a 6 km a pé, praticamente em corta-mato, para chegarem às fábricas em que entravam perto das oito horas da manhã. A construção das estradas e dos respetivos muros de sustento, nos fins-de-semanas, pelas pessoas do bairro, revelou-se um processo coletivo importantíssimo. O povo juntou-se, quotizou-se para comprar materiais, alguns deram o que tinham e durante vários meses dedicaram-se à construção das estradas e dos suportes de apoio. Foi este processo que permitiu mais tarde a circulação do primeiro autocarro que ficava a menos tempo da zona em que a maioria vivia. Este processo é lembrado pelos operários como símbolo de “um tempo de união, em que a malta sentia que se ninguém fazia nada, tinha de ser o povo a organizar-se”(António). Mas não chegava criar acessibilidades. O desenvolvimento da indústria obrigava as famílias a fixarem-se nos locais e a estruturarem planos de vida e de família. No bairro de Santo António, as pessoas começaram a construir expectativas e a perceber que era necessário antecipar o futuro para que os filhos não tivessem a mesma vida que os pais. Foi assim que surgiu a primeira escola primária:

– “Quem construiu a escola foi o povo, que se juntou todo. Uns deram uma coisa, outros deram outra. Foi muito antes do 25 de Abril. Muito antes. Foi nos anos 50” (António);

–“Estava lá uma escola primária que também foi o povo que pediu dinheiro e construiu na totalidade. Foi onde eu andei. (...) Tínhamos que acartar a água para as casas de banho” (Vitor);

– “Não havia aqui nada. Eramos muito isolados. Olhe, lá teve o povo de se juntar, se não nunca mais tínhamos escola” (João);

Num tempo marcado por um défice geral de investimento do Estado em educação ou cultura, progressos só criados e desenvolvidos nas décadas subsequentes ao 25

de Abril, as experiências coletivas de auto-organização dos operários revelavam-se, muitas vezes, imprescindíveis. Foi também assim no bairro de Santo António, em que os operários se juntaram para construir a escola primária, permitindo os estudos e a fixação de uma nova geração no bairro e, em alguns casos, propiciando ruturas com a reprodução social e trajetórias de ascensão social.

O GRUPO

O grupo recreativo, coletividade local do bairro, tem uma enorme relevância no discurso dos indivíduos sobre a sua vida como conferimos:

– “Eram tempos muito maus por um lado e muito bons por outro. Era realmente muita a pobreza. Mas também era muita a alegria, muito convívio e muita amizade entre as pessoas” (Vítor).

As pessoas do bairro, através do grupo recreativo, organizavam, para usar a expressão de Vítor, os “escapes à vida dura do trabalho”. Organizavam torneios, competições de atletismo, jogos e atividades culturais, bailes, festividades e angariavam fundos. Com o dinheiro das festas e da quotização, a coletividade criava mecanismos de solidariedade e mutualismo. Ajudavam financeiramente os sócios em situação de doença ou dificuldade e no grupo, até há poucos anos, tomavam banho e faziam as suas higiènes pessoais no grupo recreativo:

– [no grupo] “Bebíamos uns copos e jogávamos às cartas, às vezes vinha lá um gajo pôr o cinema e íamos todos aos filmes (...) Havia atletismo. O jogo da malha e do rolho. Dominós. Íamos jogar à bola para a carreira de tiro” (João);

– “Além dos bailes do grupo que eram todas as semanas, também havia teatro, a malta nova organizava-se e lá se faziam peças para o pessoal todo ver” (Vítor);

– “Na altura não tínhamos nada, o pessoal lá tinha umas atividades e desanuviava do trabalho (...) a malta gostava mesmo daquilo, ele [o seu filho] para fechar o grupo e tirar as pessoas de lá, tinha sempre de pagar uma rodada a toda a gente, senão, não conseguia ir embora” (Nuno).

Num contexto de isolamento em que, de facto, não existiam serviços locais, culturais ou desportivos do Estado, estas e outras atividades assumiam uma centralidade na vida coletiva dos jovens e das famílias. Se as tabernas constituem um espaço fundamental de consumo e sociabilidades (Andrade, 1991; Magalhães, 1996), o grupo recreativo acrescentava à “dimensão masculinizada da taberna” (Villa-Lobos, 2012), o pretexto para o encontro das famílias e dos jovens em várias atividades geradoras de sociabilidades fundamentais para a coesão social e cultural do bairro.

A IGREJA

Não é óbvio o equacionar da igreja e da religião como aspeto da cultura da classe trabalhadora, mas a verdade é que no contacto com os operários do bairro de Santo António, a igreja ganha uma importância central, não apenas pela questão meramente religiosa, mas sobretudo pelas sociabilidades que se organizam em torno dela. Assim como o grupo, também a igreja foi pensada e construída pelos moradores do bairro. Construída no centro do bairro, no largo, a igreja é um local de enorme importância no bairro:

– “A igreja, foi feita de novo, (...) andáramos lá todos (...) quem pagou foi a malta toda aqui do bairro, o povo juntou o dinheiro, cada um juntou aquilo que pôde, nós íamos para lá, no sábado e no domingo” (João);

– “Ali a capela, foi uma comissão de moradores que se organizou, sou capaz de nomeá-los quase a todos” (Nuno);

– “A igreja também foi nos mesmos moldes. Fez-se um peditório. As pessoas deram o que puderam. A partir daí, a dona do terreno ofereceu o terreno e a partir daí começou a construir-se” (Vítor).

Não pretendo abordar as questões da religiosidade do operariado ou do papel da Liga Operária Católica de que me falaram vários operários. O que me pareceu fundamental foi sistematizar esta ideia: as pessoas do bairro abordam a igreja e a religião nos seus discursos apenas na medida das sociabilidades que se constroem coletivamente em torno delas. A igreja é importante não só porque, como o João afirma, o povo juntou dinheiro para a construir, mas porque à volta dela giram muitas redes e sociabilidades importantíssimas. A igreja é, de facto, um pretexto para muitas sociabilidades que se constroem em torno e para além dela. Talvez por isso possa sustentar a tese de que a igreja é relevante não apenas pela componente religiosa, mas sobretudo porque ela é um bom pretexto para as pessoas se juntarem, conversarem, partilharem intrigas, problemas e angústias e para, em torno dela, organizarem várias festividades que, ainda hoje, constituem mecanismos fundamentais de escape e vivência cultural fora da dureza do trabalho.

AS LUTAS POLÍTICAS

A análise das lutas políticas e sindicais pode também ter como ângulo de abordagem aquilo que elas representaram em termos de experiências coletivas para os seus atores. Com efeito, todas as pessoas, as que entrevistei ou com quem fui conversando informalmente, são perentórias em afirmar que era muito reduzida a participação dos operários de forma organizada nos processos de luta. Contudo, quando conversava sobre os momentos concretos de participação política ou sindical, todos me afirmavam algum tipo de envolvimento, mesmo que não fosse muito organizado.

– “O pessoal falava do 1º de Maio, mas tudo caladinho. O pessoal sabia o que era. Um dizia que era assim e era assado. E eu explicava aos outros, e os outros aos outros” (António);

– “No 25 de Abril, a malta toda saiu pra rua. Tudo com bandeiras e contente”. (João);

– “Parecia que ninguém sabia e ninguém se importava. Mas uma porra é que era. O pessoal lá ia explicando uns aos outros, às escondidas, e quando o 25 de Abril aconteceu foi uma festa. Depois já se podia falar e começaram a haver mais coisas nas fábricas” (João).

Quando perguntava se a maioria dos operários participava nas lutas sindicais e políticas, todos me respondiam que eram muitos poucos. Mas quando levantava, por exemplo, o tema o 1º de Maio ou do 25 de Abril, todos reconheciam que o pessoal não podia falar, mas toda a gente passava a mensagem em segredo, e quando se dá o 25 de Abril as pessoas foram todas celebrar. A verdade é que a partilha de informação e a consciência dos problemas da classe trabalhadora existiam e isso materializou-se logo a seguir ao 25 de Abril:

– “Depois do 25 de Abril começou tudo a acontecer. Fizemos lá uma greve por causa do 13º mês, do subsídio de Natal. O gajo queria-nos tirar (...). Depois tivemos outra luta quando a fábrica fechou. Começou a faltar o dinheiro. E a malta apanhou lá o patrão dentro do escritório e “fechámos-o. Depois teve que lá ir a polícia. O gajo, ao outro dia, pagou. (...)” (António)”.

As pessoas do bairro participavam em reuniões nas fábricas. Em alguns momentos, organizaram lutas sindicais importantes e sobretudo identificavam-se em grande medida enquanto classe:

– “Nós eramos todos iguais. Sentíamos que eramos da classe, quando dizíamos o povo trabalhador era para afirmar uma classe diferente doutras (António)”.

SOLIDARIEDADES

Num contexto de estudo como o que é aqui realizado, faz sentido a relação das solidariedades ser associada à ideia de comunidade. A operacionalização do conceito de comunidade é diversificada e compreende discussões que vão desde a ideia de ameaça às tradições históricas e culturais de determinados grupos sociais, no quadro tradicional, à perspetiva da comunidade como experiência social e cultural de partilha de algo comum, fundamental à formação da classe operária, no contexto da industrialização e ainda a discussões relacionadas com o sentido do conceito em termos de ação coletiva e de orientação emancipatória. Dizia Max Weber que

“denominar-se-á «constituição da comunidade» (Vergemeinschaftunh) uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular, ou na média ou no tipo puro – se funda na solidariedade sentida (afetiva ou tradicional dos participantes)” (Weber, 2009: 66). Também poderíamos partir do conceito de comunidade como envolvendo laços sanguíneos, sentido de pertença e memória (Tönnies, 1963), da comunidade como o lugar cálido na era da insegurança (Bauman, 2003), da comunidade como redes de relações entre indivíduos organizados numa determinada unidade residencial (Elias e Scotson, 1994) ou da diferenciação proposta por Morris (1996) entre *comunidades de descendência* e *comunidade de ascendência*. A análise que aqui desenvolvemos pretende, assim, discutir a relação entre a base cultural dos operários e a sua relação com a forma como a *comunidade* preenche espaços privilegiados nas relações sociais dos operários. Como referem alguns dos entrevistados:

– “Naquele tempo a pobreza era tanta que às vezes as pessoas não tinham nem para comer nem para beber” (António);

– “Eram tempos muito maus por um lado e muito bons por outro. Era realmente muita a pobreza. Mas também era muita a alegria, muito convívio e muita amizade e solidariedade entre as pessoas” (Vitor).

Tempos difíceis, reconhecem. Mas tempos de convívio e solidariedade. Não um tipo de convívio e alegria a que muito senso comum associa imediatamente a “alienação” e subalternização. Pelo contrário, o convívio e a partilha eram vividos como momentos de superação da dureza da vida. Assim, o grupo recreativo, por exemplo, não se limitava a festividades e jogos mas também a formas de superação das dificuldades dos operários do bairro:

– “O grupo, quando um sócio estava doente, ajudava esse sócio (...) com o pouco que conseguia ter da quotização e das atividades, partilhava-se por quem tinha mais dificuldades e a quem o estado não acudia” (Vitor);

– “Até ainda há pouco tempo muitos associados faziam a higiene pessoal no grupo. Não haviam casas de banho” (Vitor);

– “Faz-se lá uma festa e o dinheiro ia sempre para o grupo. As pessoas ofereciam, vendiam ali, o pessoal passava o dia na festa (João).

O sentido da comunidade, aqui expresso de muitas formas pelas solidariedades, seja em torno da dimensão do bairro ou da dimensão do trabalho, revela-se fundamental quando o grupo recreativo com o seu dinheiro ajudava os operários na doença e em outras dificuldades, na ausência de instalações nas casas para higiene pessoal criando banheiros públicos, ou quando o povo se juntou e deu materiais e mão-de-obra para a construção de coisas importantes para o bairro como as estradas, os muros, a escola ou a igreja.

IDENTIDADES COLETIVAS

Não é possível traçar aqui um mapeamento teórico que ilustrasse o debate que nas ciências sociais se tem traçado em torno da noção de identidade. No entanto, parece-nos útil a mobilização de alguns recursos teóricos destes debates para a discussão sobre a cultura operária. Para Charles Tilly (1996), o conceito de identidade é estrutural porque não é um fenómeno individual e privado, mas público e relacional. Se para Giddens (1991) as identidades podem manter-se estáveis em sociedades modernas marcadas pela reflexividade, autores como Balibar (1995) ou Santos (1995) enfatizam as ambiguidades e as características fluidas, múltiplas e incompletas das identidades e dos processos de identificação. Em todo o caso, parece-me importante ter em atenção as questões levantadas por Estanque (2000) em que apesar da noção de identidade estar cada vez mais associada aos processos de procura de identificação, as abordagens construcionistas, simbólicas e interativas da realidade e das subjetividades não nos devem impedir de pensar o poder das identidades coletivas na promoção de movimento, ação e contestação. A relação entre a situação no trabalho, as dificuldades da vida e a consciência coletiva sobre a situação de classe dos operários aparece, também aqui, profundamente ligada à construção das identidades coletivas. Como referem alguns dos entrevistados:

– “Aqui, o pessoal sentia mesmo que era o povo trabalhador aqui do bairro. Só o povo trabalhador é que participava no grupo e nas atividades. Os outros eram de outra classe” (António);

– “Nós éramos todos iguais. Sentíamos que éramos da classe. Quando dizíamos o povo e os trabalhadores do bairro era para afirmar uma classe diferente doutras, como os mestres e os encarregados e os patrões” (João);

– “Éramos mesmo uns pobretanas. Mas sabíamos porquê e sabíamos quem não pertencia à nossa classe” (João).

As experiências de auto-organização, as solidariedades, a vivência da comunidade, enquanto expressão da solidariedade entre os operários do bairro, as lutas políticas e sindicais, as atividades culturais e recreativas e a forma como as pessoas falam do trabalho e das condições de vida ilustra bem como as identidades coletivas se estruturam, entre outras coisas, em torno das condições materiais de vida e das experiências quotidianas de superação ou escape da dureza da vida.

CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, parece-me importante referir que esta pesquisa sustenta o primado proposto nesta introdução: as culturas operárias e de auto-organização dos operários constituem, com efeito, parte intrínseca do movimento operário. As experiências

coletivas que nela se expressam constituem mecanismos de superação da dureza da vida, de resistência e de estruturação das solidariedades e das identidades coletivas.

Em segundo lugar, o processo de industrialização e da formação da cultura operária não pode estar circunscrito ao relato meramente historiográfico dos principais momentos de luta política e sindical. Experiências coletivas como a edificação popular dos bairros, de que são exemplos a construção das estradas, dos muros, da escola primária ou até da igreja, constituem elementos extremamente ricos para a discussão sobre a forma como o movimento operário também se sustenta, em grande medida, na auto-organização quotidiana do operariado.

Em terceiro lugar, os aspetos particulares da cultura operária que se articulam na atividade do grupo recreativo e nas formas de partilha de informação que deram origem a lutas políticas e sindicais são elementos centrais para compreender o movimento operário. Ambos preenchem um espaço vedado pelo Estado e onde se materializavam muitos dos processos coletivos de superação da dureza da vida e da criação das redes de solidariedade.

Em quarto e último lugar, nesta pesquisa exploratória, revela-se de forma clara essa triangulação interdependente entre as experiências coletivas, as solidariedades e a estruturação das identidades coletivas. Nos processos coletivos quotidianos, marcados quer pela auto-organização na construção do bairro e da coletividade, quer nas lutas políticas e sindicais, quer também nos espaços de cultura e lazer, é na constituição das solidariedades entre as pessoas, apoiadas numa noção de comunidade, que se estruturam as identidades coletivas. As pessoas reafirmam a sua pertença ao coletivo – ao *povo*, ao *povo trabalhador*, à *classe*, à *malta do bairro* –, quando falam, precisamente, das solidariedades desenvolvidas nas experiências coletivas e quotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Pedro de (1991). *A taberna mediática, lugar reticular de negociações sociais e sociológicas*. Coimbra. in: Revista Crítica de Ciências Sociais, 33.
- Assunção, António Rodrigues [ano não especificado nas obras]. *O movimento operário da Covilhã – Volume 1 e 2*. Covilhã: Edição de autor.
- Balibar, Etienne (1995). “Culture and Identity (working notes)”. In: John Rajchaman (ed.). *The Politics of Identity*. Londres: Routledge.
- Batalha, Cláudia et al (2004). *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp.
- Bauman, Zygmund (2003). *Comunidade: a busca da segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- Elias Norbert e John e John L. Scotson (1994). *The Stablished and the Outsiders*, Londres: Sage

- Estanque, Elísio (2000). *Entre a Fábrica e a Comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Edições Afrontamento.
- Durkheim, Émile (1973). *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Foucault, Michel (1979). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: University Press.
- Gramsci, Antonio (2002). *Cadernos do cárcere v.5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hobsbawn, Eric (1962). *A era das revoluções*. Lisboa: Ed. Presença.
- Hobsbawn, Eric (1987). “A formação da cultura da classe operária britânica e O fazer-se da classe operária, 1870-1914”. in Eric Hobsbawn (1987), *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 97-251.
- Hoggart, Richard (1973). *As utilizações da cultura I – aspectos da vida cultural da classe trabalhador*. Lisboa: Presença.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (1979). “A Ideologia Alemã”, in: Manuel Braga da Cruz [org] (2004). *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1969. pp. 15-19 e 27-30
- Marx, Karl (1885). *O Capital*. Lisboa: Edições Avante.
- Marx, Karl e Frederich Engels (1848). *Manifesto do Partido Comunista*. Porto: Edições Sementes, 1.
- Magalhães, Dulce (1996). A taberna: usos do espaço e do tempo. in: *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras do Porto*. 6.
- Morris, Paul (1996). “Community Behind Tradition”. In: Paul Heelas et al [eds.] (1996). *The Traditionalization*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Santos, Boaventura Sousa (1995). *Toward a New Common Sense*. Londres: Routledge
- Thompson, E.P (1987). *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Thompson, E.P (1988). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras
- Tilly, Charles (1996). *Citizenship, Identity and Social History*. *Internacional Review of Social History – Suplemento 3*. Cambridge: University Press.
- Tönnies, Ferdinand (1963). *Community and Society*. Nova York: Harper, Torchbooks.
- Villa-Lobos, Maria José (2012). Sociabilidades masculinas na taberna-café. *Actas do VII Congresso Português de Sociologia* in:
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0276_ed.pdf
- Weber, Max (1972). Classes, Status e Partidos. in Manuel Braga da Cruz [org] (2004). *Teorias Sociológicas – Os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Edições Gulbenkian. pp. 737-752.
- Weber, Max (1983). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa. Presença
- Weber, Max (2009). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa. Edições 70

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior